

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 (Do Sr. Jorge Solla)

Requer a realização de audiência pública para discutir alimentação saudável nas escolas.

Senhor. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para discutir alimentação escolar saudável.

Proponho como convidados um representante dos seguintes órgãos:

- MEC - PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- Ministério da Saúde (Programa Saúde na Escola);
- Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e
- Conselho Federal de Nutricionistas

JUSTIFICAÇÃO

Tramitam no Congresso mais de uma dezena de proposições que versam sobre alimentação escolar, buscando restringir a venda de refrigerantes, guloseimas, frituras e alimentos ultra processados nos lanches das escolas, tanto públicas como privadas. Recentemente foi publicada lei estadual que proíbe a venda de refrigerantes nas escolas da Paraíba. Outros Estados também já legislaram sobre o assunto, mas é preciso uma lei de abrangência nacional, que garanta práticas alimentares saudáveis.

Levantamento do Ministério da Saúde, de 2013, revelou que mais da metade da população brasileira está acima do peso. A pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

(Vigitel 2012), do Ministério da Saúde, mostrou que 51% da população acima de 18 anos está acima do peso ideal. Em 2006, o índice era de 43%.

O aumento atinge tanto a população masculina quanto a feminina. Entre os homens, o excesso de peso atinge 54% e entre as mulheres, 48%. O estudo também revela que a obesidade cresceu no País, atingindo o percentual de 17% da população. Em 2006, quando os dados começaram a ser coletados pelo Ministério, o índice era de 11%.

Os dados retratam os hábitos da população e é um importante instrumento para desenvolver políticas públicas de saúde e estimular os hábitos saudáveis. Apenas 22,7% da população ingerem a porção diária recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de cinco ou mais porções ao dia, de frutas e verduras. Outro indicador que preocupa é o consumo excessivo de gordura saturada: 31,5% da população não dispensam a carne gordurosa e mais da metade (53,8%) consome leite integral regularmente. Os refrigerantes também têm consumidores fieis - 26% dos brasileiros tomam esse tipo de bebida ao menos cinco vezes por semana. Forte aliado na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, o consumo de frutas e hortaliças está sendo deixado de lado por uma boa parte dos brasileiros.

Apesar de a obesidade estar relacionada a fatores genéticos, há influência significativa do sedentarismo e de padrões alimentares inadequados no aumento dos índices brasileiros. Uma criança obesa tem 90% de chances de se tornar um adulto obeso.

Pesquisa realizada na Universidade de Brasília (UnB) e divulgada em março de 2013 pelo Ministério da Saúde - revelou que o tratamento da obesidade e de doenças a ela relacionadas custaria R\$ 488 milhões de reais por ano ao governo brasileiro.

Senhor Presidente e nobres colegas, a fim de estimular a célere aprovação das propostas atualmente em trâmite nesta Casa e, assim afirmar o direito humano à alimentação adequada, visando garantir a saúde alimentar e nutricional das crianças e jovens nas escolas do País é que proponho a presente audiência pública, buscando seu imprescindível apoio.

Sala da Comissão, em 5 de março de 2015.

JORGE SOLLÁ
Deputado Federal (PT-BA)